

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Estudo Técnico Preliminar 67/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23205.022069/2025-50

2. Descrição da necessidade

2.1. Este estudo técnico preliminar é destinado a contratação de empresa especializada para execução da **finalização das obras dos Centros de Convivência dos campi Laranjeiras do Sul e Realeza**, do Estado do Paraná, da Universidade Federal da Fronteira Sul; tendo 211,26 m² de área construída em cada campus.

Origem da Demanda:

2.2. Em 2020, o objeto deste Projeto de Compras foi licitado por meio do RDC Eletrônico nº 12/2020, decorrente do processo administrativo nº 23205.010661/2020-02. Desses processos resultaram o Contrato nº 20/2021, para o campus Laranjeiras do Sul/PR, e o Contrato nº 21/2021, para o campus Realeza/PR, ambos firmados com a mesma empresa vencedora dos certames. Em razão do descumprimento contratual, foram instaurados processos sancionadores para apuração de responsabilidades. As vigências contratuais expiraram sem prorrogação, diante da ausência de manifestação da gestão e fiscalização dos contratos quanto ao interesse em sua continuidade. Com vistas à conclusão das obras, foi instaurada a Concorrência nº 05/2024. Contudo, na data de abertura da sessão pública, ocorreram instabilidades no Sistema ComprasGov, o que prejudicou a fase de competição. O problema foi relatado pelos licitantes participantes do certame e resultou no cancelamento do processo licitatório (Processo nº 23205.031054/2024-00). Atualmente, restam a ser concluídas aproximadamente 40% da obra no campus Laranjeiras do Sul e 32% no campus Realeza, conforme relatório fotográfico anexo que demonstra a situação atual. Diante disso, e considerando o cancelamento da Concorrência Eletrônica nº 90005/2024, origina-se a presente demanda.

Prejuízo institucional pelo não atendimento da demanda:

- 2.3. O principal prejuízo é o desperdício de erário público em obras que os espaços não serão ocupados, por não estarem adequados;
- 2.4. A não liberação de espaço no Bloco A onde está instalada a cantina, espaço este que poderá ser utilizado para outros atendimentos institucionais;
- 2.5. Outro prejuízo é a comunidade acadêmica destes campi não terem um espaço adequado para alimentação e convivência.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SECRETARIA ESPECIAL DE OBRAS - SEO	DAIANE REGINA VALENTINI

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O objeto da presente licitação é classificada como OBRA, considerando o artigo 6º, inciso XII da Lei n. 14.133, de 2021 as definições de obra são:

XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

4.2. O prazo de vigência inicial de cada contrato será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos contados da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado na forma do art. 105 da Lei nº14.133, de 2021.

4.2.1. O prazo de execução para cada objeto será de 120 (cento e vinte) dias corridos podendo ser prorrogado na forma do art. 105 da Lei nº14.133, de 2021.

4.2.2 A execução será iniciada com a Ordem de Serviço emitida pela Secretaria Especial de Obras - SEO.

4.2.3.. O Contrato será melhor detalhado as regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

4.2.4. A prestação dos serviços deverá ser em etapa única e constituirá pela execução de serviços de instalação da plataforma.

4.3. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário.

Garantias da execução e dos serviços:

4.4. Será exigida a correspondente a **garantia da execução** nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, nas modalidades previstas, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato (art. 98).

Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

§ 2º Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

§ 3º O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º deste artigo.

4.4.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades caução e fiança bancária.

4.4.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5. A **Garantia do produto/serviço** é de 5 anos de acordo com o art. 618 do Código Civil – Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002.

Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

Parágrafo único. Decairá do direito assegurado neste artigo o dono da obra que não propuser a ação contra o empreiteiro, nos cento e oitenta dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.

4.5.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Exigências de habilitação

4.6. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

Qualificação técnica da Contratada (Art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

4.7. Registro da empresa no conselho profissional: Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao CREA e/ou CAU.

- A obrigatoriedade de registro no CREA é prevista em legislação específica (Lei Federal nº 5.194/66)
- A obrigatoriedade de registro no CAU é prevista em legislação específica (Lei Federal nº 12.378/10)

4.8. A **qualificação técnico operacional**: Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de serviço objeto da contratação; devidamente registrado(s) no CREA acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico– CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) que os responsáveis técnicos da licitante tenham executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.

4.8.1. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.9. A **qualificação técnico profissional**: O licitante deverá possuir em seu quadro, por vínculo empregatício ou por intermédio de apresentação de contrato de prestação de serviço, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes à exigida na capacidade técnico operacional.

4.9.1. Por se tratar de execução de serviço de engenharia, faz-se necessária a comprovação de qualificação técnica dos profissionais pertencentes ao quadro da empresa. Tal exigência encontra justificativa na importância e na complexidade do objeto, sendo fundamental que a Empresa seja reconhecidamente capaz de executar a obra com os requisitos necessários de qualidade, funcionalidade, durabilidade e segurança.

4.9.2. A exigência de qualificação técnica visa ainda garantir que não se formalize contrato com quem não possa demonstrar, mediante sólida documentação, qualificação para o atendimento ao Objeto que se anunciou.

4.9.3. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

4.10. **Qualificação econômico-financeira:** As empresas deverão comprovar a Capacidade Financeira conforme estabelecido na lei de licitação, assim como atingir o índice mínimo da capacidade de contratação.

Vistoria

4.11. Considerando as características da contratação é *facultado* aos Licitantes, a realização de Vistoria para conhecimento do local onde serão prestados os serviços.

4.12. Se ocorrer vistoria o agendamento deverá ser realizado por meio dos seguintes contatos de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 ou das 13:30 às 17:30 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente:

- Assessoria de Infraestrutura e Gestão Ambiental do **Campus Laranjeiras do Sul**: no e-mail assin.ls@uffs.edu.br ou pelo telefone (42) 3635 0011 e (42) 3635 0021
- Assessoria de Infraestrutura e Gestão Ambiental do **Campus Realeza**: no e-mail assin.re@uffs.edu.br ou pelo telefone (46) 3543-8324

4.13. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

Subcontratação

4.14. O objeto deste certame poderá ter subcontratações, os percentuais estarão definidos no Encarte Técnico e no Termo de Justificativa Técnica.

Critérios de sustentabilidade

4.15. Estes serviços deverão estar de acordo com padrões de sustentabilidade exigidos na Instrução Normativa Nº 1/2010 SLTI/MPOG. Em qualquer situação deverão ser aplicadas as normas do INMETRO e as normas da ABNT, Normas de Segurança e de Prevenção Contra Incêndio, atualizadas e específicas para cada situação.

4.16. O projeto foi laborado conforme legislação vigente e normas da ABNT aplicáveis, seguindo as boas práticas e levando em consideração a economia de materiais, utilização de materiais menos poluentes etc.

4.17. A contratação deverá estar em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS.

Normativos que disciplinam os serviços objetos desta contratação

4.18. Os serviços de instalação de equipamentos e materiais que venham a ser fornecidos ou aplicados deverão, no que for cabível, obedecer aos seguintes requisitos técnicos, e demais legislações, resoluções técnicas ou normativas, que vierem a substituí-los ou complementá-los:

- Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Lei Federal nº 6.496/77 – Institui a Anotação de Responsabilidade Técnica;
- Lei Federal nº 12.378/2010 – Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo;
- Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;
- Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA;
- DECRETO nº 7.983 de 2013 – Regras e critérios para elaboração de orçamentos de referência;
- Instrução Normativa Nº 1/2010 SLTI/MPOG - critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens;
- Manual de Obras Públicas - Edificações Práticas da SEAP - Secretaria de Estado da Administração e Patrimônio;
- Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - AGU;
- NR-10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade;
- ABNT NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão;
- ABNT NBR 13570 – Instalações elétricas em locais de afluência de público - Requisitos específicos;
- NBR 14136 – Plugues e tomadas para uso doméstico e análogo até 20A/250V em corrente alternada – Padronização;
- ABNT NBR NM 60669-1 - Interruptores para instalações elétricas fixas domésticas e análogas – Parte 1: Requisitos gerais;
- ABNT NBR ISO/CIE 8995-1 – Iluminação de ambientes de trabalho – Parte 1: Interior;
- ABNT NBR ISO/CIE 8995-1 - Iluminação de Ambientes de Trabalho;
- ABNT NBR NM 60898 – Disjuntores para proteção de sobrecorrentes para instalações domésticas e similares (IEC 60898:1995, MOD);
- ABNT NBR IEC 60947-2 – Dispositivos de manobra e comando de baixa tensão - Parte 2: Disjuntores
- ABNT NBR 15465 – Sistemas de eletrodutos plásticos para instalações elétricas de baixa tensão - Requisitos de desempenho;
- ABNT NBR NM 280 – Condutores de cabos isolados (IEC 60228, MOD);
- ABNT NBR 13571 – Haste de aterramento aço-cobreada e acessórios;
- ABNT NBR 5471 – Condutores elétricos;
- ABNT NBR 10160 – Tampões e grelhas de ferro fundido dúctil - Requisitos e métodos de ensaios;

- ABNT NBR 15820 – Caixa para medidor de energia elétrica — Requisitos;
- ABNT NBR 15715 – Sistemas de dutos corrugados de polietileno (PE) para infraestrutura de cabos de energia e telecomunicações – Requisitos;
- ABNT NBR 5419-1 – Proteção contra descargas atmosféricas Parte 1: Princípios gerais;
- ABNT NBR 5419-2 – Proteção contra descargas atmosféricas Parte 2: Gerenciamento de risco;
- ABNT NBR 5419-3 – Proteção contra descargas atmosféricas Parte 3: Danos físicos a estruturas e perigos à vida;
- ABNT NBR 5419-4 – Proteção contra descargas atmosféricas Parte 4: Sistemas elétricos e eletrônicos internos na estrutura.

Informações complementares

4.19. Muitas informações solicitadas neste ETP estarão contempladas no Encarte Técnico - Projetos Básicos/ Executivo e no Memorial Descritivo e de Especificações, e também no Termo de Justificativas Técnicas.

4.20. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018 e art. 48 da Lei 14.133/2021, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal da UFFS, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.21. nº de Registro do Imóvel onde será realizada a obra/serviço: 26.426.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Dentro das soluções possíveis de mercado, está se considerando que a opção mais vantajosa para a administração será a de contratar uma especializada para a realização desta reforma, já que no quadro de servidores da UFFS não dispomos de pessoal para a execução destes serviços.

5.2. Trata-se de um serviço de engenharia, sem grande complexidades, diversos fornecedores que possuem condições e habilidades para a realização destes serviços, tanto a nível local como nacional podem participar da licitação.

5.2.1. Soluções disponíveis no mercado: Trata-se de uma contratação de serviços de engenharia, o qual tem projetos elaborados pelos engenheiros da instituição, sendo pensando na melhor alternativa possível para a administração.

5.2.2. Como os serviços oriundos desta contratação não possuem nenhuma especificidade, entende-se que o mercado apto para a participação desta licitação é amplo, pois abrange todos os fornecedores de obras/construtoras.

5.3. Da exclusividade de participação de fornecedores na condição de ME/EPP/COOP na licitação/dispensa: Em função do valor estimado da licitação a referida aquisição não prevê a aplicação do disposto na Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 8.538 /2015.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Considerando as opções disponíveis no mercado, a solução escolhida e a ser adotada pela UFFS para atendimento da presente necessidade institucional como um todo é de empresas especializadas que atuam na área do objeto a ser contrato, o fornecimento habitual dos serviços demandados, além da existência de inúmeras prestadoras de serviço com potencial para participar da licitação.

6.2. Sendo os objetos: Contratação de empresa especializada para execução e finalização dos **Centros de Convivência (Cantina Externa) dos campi Laranjeiras do Sul e Realeza**, do Estado do Paraná, da Universidade Federal da Fronteira Sul; tendo 211,26 m² de área construída em cada campus.

6.3. A descrição dos serviços estão detalhados nos documentos técnicos que serão juntados no processo de licitação, como:

- Memoriais Descritivos;
- Encarte Técnico;
- Projetos;
- Planilhas Orçamentárias e Cronogramas físico-financeiro;
- Termo de Justificativa Técnica

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O quantitativo da demanda foi estimado considerando os serviços faltantes nas planilhas orçamentárias da coccorrência 05/2024, sendo atualizados os valores, ajustados os quantitativos e incluídos serviços que são necessários para o funcionamento da edificação, conforme demonstrado através das planilhas de composição de preços que serão posteriormente juntadas ao processo licitatório, de acordo com o previsto no Decreto 7.983/2013.

7.2. As diretrizes para a prestação dos serviços estarão melhor detalhadas nos Memoriais Descritivos e Especificações Técnicas, estas pretendem indicar as exigências mínimas necessárias para atender a necessidade da instituição.

7.3. Por ser duas unidades em campi distintos, a licitação deverá ser composta por dois itens separados, o que possibilitará a concorrência por item.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 502.022,20

8.1. A definição do custo unitário de referência para esta contratação foi observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021. E por não estarem contemplados no SINAPI e/ou ORSE foram adotados custos obtidos em pesquisa de mercado.

8.2. Valor estimado para a contratação pretendida mais o custo das despesas indiretas (composição analítica BDI - Benefício e Despesas Indiretas), ficou:

- Para o **Centro de Convivência do campus Laranjeiras do Sul** com preço base referência:
 - Sem desoneração: R\$ 288.238,40
Com desoneração: R\$ 295.829,67
Referência SINAPI 06/2025 PR e ORSE 05/2025 PR
- **Centro de Convivência do campus Realeza** com preço base referência:
 - Sem desoneração: R\$ 213.783,80
Com desoneração: R\$ 217.720,27
Referência SINAPI 06/2025 PR e ORSE 05/2025 PR

8.3. **A opção mais vantajosa para a Administração é a adoção dos custos de referência no regime de não desoneração.** No Termo de Justificativas Técnicas estará melhor detalhado a adoção do regime de regime de Contribuição Previdenciária Sobre a Renda Bruta – CPRB.

8.4. Portanto a estimativa é R\$ R\$ 288.238,40 para o campus Laranjeiras do Sul e R\$ 213.783,80 para o campus Realeza, totalizando estimativo para a contratação o valor de R\$ 502.022,20.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Os itens do presente estudo não deverão ser agrupados em razão de que poderemos ter um licitante vencedor distinto para cada campus, ou se de interesse dos participantes do processo licitatório, ofertar lance em um ou mais itens.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A necessidade institucional do presente Estudo, não possui relação com outras contratações da Instituição, inclusive futuras.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação pretendida esta prevista no Planejamento e Gerenciamento de Contratações PCA 2025, cadastrada o Documento de Formalização de Demanda - DFD nº 356/2025

11.2. No PDI (2019-2023) constam os objetivos e metas dos Campi, em que cita-se a necessidade de ambientes de convivência que propiciem a melhoria do ambiente, resultando em maior qualidade e garantia de permanência dos estudantes. Além disso, o PPA (2020-2023) da UFFS destaca na ação SEO047, que prevê a reforma das cantinas dos Campi;

- No PDI 2020-2023 - Objetivo 1 – Desenvolvimento do Ensino de Graduação
 - Objetivo Específico - Reformas das edificações pré-existentes no campus Passo Fundo, que tem a finalidade de atender demandas específicas do campus, disponibilizando com isso as salas ocupadas no Bloco A.
 - Plano de Ação SEO047 - Reforma de edificação existente no campus para atender demanda de Cantina.

11.3. No PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL ANUAL (PA) E PROPOSTA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA UFFS - 2024 - o plano de ação consta SEO08 - Construção de praça de alimentação, serviços e convivência fora dos blocos.

11.4. O objeto da contratação foi incluído no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- ID PCA no PNCP: 11234780000150-0-000002/2025
- Data de publicação no PNCP: 16/01/2025
- Classe/Grupo: 542 Serviços gerais de construção para obras de engenharia civil
- Identificador da Futura Contratação: 356/2025

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Pretende-se com a presente contratação:

- Finalizar as obras, que estão inacabadas, paralisadas a mais de seis meses;
- Entregar para a comunidade acadêmica espaço de alimentação e convivência adequados;
- A liberação dos espaços das atuais cantinas promoverá um melhor uso da sala disponibilizada no Bloco A dos respectivos Campi para aproveitamento de demandas de ensino.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. De acordo com os relatórios fotográficos anexos a este ETP, é necessário a Contratada, antes de iniciar os serviços, visitar o local a fim de confirmar com a fiscalização a disposição do canteiro de obras.

13.2. Importante também a Contratada analisar todos os documentos técnicos que serão anexos ao Termo de Referência, bem como a planilhas orçamentária, para apresentar à fiscalização possíveis inconsistências no material para que, em tempo hábil, a Contratante possa apresentar as soluções, não ocorrendo paralisações ou falta de frente de obra/serviços.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A indicação precisa dos critérios sustentáveis e boas práticas de sustentabilidade para cada item deste estudo será realizada no Termo de Referência da contratação, com base nas orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU e no Plano de Logística Sustentável da UFFS.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A equipe de planejamento entende que é viável a pretendida contratação, pois existem no mercado muitas empresas especializadas na área que possam atender a demanda descrita neste ETP

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CATIANE MARIA DALCORTIVO

Agente de contratação

SANDRA SALETE VILBERT

Autoridade competente

EDSON ANTONIO SANTOLIN

Equipe de apoio

WILLIAM PLETSCH DOS SANTOS

Equipe de apoio

FABIO ONETTA

Equipe de apoio

FABRICIO BALESTRIN

Equipe de apoio

BRUNO CEZAR MONICH FREITAS

Equipe de apoio

RONY RISTOW

Equipe de apoio

ROBERTO ROSEIRA



F0091 - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES Nº 4/2025 - COMP - RE (10.40.08.08)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 13/08/2025 17:17)

BRUNO CEZAR MONICH FREITAS

TECNICO EM ELETROTECNICA

ASSINFR - LS (10.42.10.05)

Matrícula: ###545#6

(Assinado digitalmente em 13/08/2025 15:44)

EDSON ANTONIO SANTOLIN

COORDENADOR GERAL - TITULAR

ADM - RE (10.40.08)

Matrícula: ###800#9

(Assinado digitalmente em 13/08/2025 15:33)

FABIO ONETTA

ENGENHEIRO-AREA

ASSINFR - LS (10.42.10.05)

Matrícula: ###700#3

(Assinado digitalmente em 13/08/2025 15:37)

FABRICIO BALESTRIN

SECRETARIO(A) - TITULAR

SEO (10.55)

Matrícula: ###730#5

(Assinado digitalmente em 13/08/2025 16:23)

RONY RISTOW

TECNICO EM ELETROTECNICA

ASSINFR - RE (10.40.08.05)

Matrícula: ###481#0

(Assinado digitalmente em 13/08/2025 16:10)

SANDRA SALETE VILBERT

CHEFE - TITULAR

DAADM (10.55.01)

Matrícula: ###676#4

(Assinado digitalmente em 13/08/2025 15:22)

WILLIAM PLETSCH DOS SANTOS

COORDENADOR GERAL - TITULAR

ADM - LS (10.42.10)

Matrícula: ###243#3

Visualize o documento original em <https://sipac.uffs.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **4**,
ano: **2025**, tipo: **F0091 - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**, data de emissão: **13/08/2025** e o código de
verificação: **a4b74005a2**